





# NUNO CRATO

# “Estamos a voltar quase 20 anos atrás na Educação”

TEXTO DE  
Pedro  
Carreira  
Garcia

FOTOS DE  
Victor  
Machado

SÓ QUANDO ABANDONOU O CARGO É QUE O ANTIGO E CONTROVERSO MINISTRO DA EDUCAÇÃO VIU A SUA ESTRATÉGIA VALIDADA POR INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS COMO A OCDE. HOJE, ACUSA O ACTUAL GOVERNO DE ESTAR OBCECADO COM REVERSÕES E OS LOBBIES DE SÓ PENSAREM EM DINHEIRO.

## NUNO CRATO

**A**cordou para a realidade quando, depois de anos a pensar e a falar publicamente sobre educação, aceitou o convite de Pedro Passos Coelho para assumir a pasta correspondente. Corria o ano de 2011: Portugal estava de cofres vazios e os representantes do Fundo Monetário Internacional, da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu relegaram o Governo para funções meramente executivas. Pouca margem de manobra havia para Nuno Crato e para um ministério que representa uma enorme parcela da folha salarial do Estado. Apesar de tudo, Crato implementou políticas relacionadas directamente com a sua filosofia educativa, que passa pela recusa daquilo a que jocosamente apelidava de 'eduquês'. Ou seja, quis melhores programas, mais relevância para o Português e a Matemática e mais avaliação periódica.

As diferentes corporações relacionadas com o sector protestaram. Crato era um independente que começava então a perceber a forma como os diferentes *lobbies* intervinham e tentavam levar a sua avante na competição por uma fatia de um bolo financeiro muito escasso. Foi na sua alma mater, o Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em Lisboa, que Nuno Crato conversou com a FORBES sobre a educação em Portugal e sobre os desafios passados, presentes e futuros. Sem deixar de, subtilmente e sem nunca referir o actual ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, lançar algumas farpas ao Executivo.

### Como está hoje a educação em Portugal?

É uma pergunta um pouco ingrata porque eu tenho evitado, ao longo destes dois anos, referir-me directamente ao meu sucessor, apesar de o cuidado contrário não ter existido. Achei que era necessário dar algum tempo, e será muito prejudicial para um ministro, qualquer que seja, chegar ao seu gabinete e ter a sombra do seu antecessor a dizer que algo está mal. Tive ao longo do meu mandato muita colaboração e muita consideração por parte de praticamente todos os meus antecessores. Mas não houve colaboração alguma da minha parte com o ministro actual. Aliás, não o conheço, não me chamou para nada. Não tenho nenhuma relação com ele e com a equipa. E o ponto de situação é o seguinte: julgo que a principal preocupação deste Governo foi a de reverter medidas de governos anteriores. Eram medidas que vinham de uma continuidade de muitos anos, de muitos ministros. Em relação a muitos aspectos estamos a voltar quase 20 anos atrás, a um tempo em que havia pouca avaliação dos jovens e pouca estruturação do currículo. Desde os anos 2000 até agora o que foi sendo feito, com avanços e recuos, foi uma maior estruturação do currículo, uma maior exigência, um alargamento da escolaridade obrigatória, uma maior avaliação. Grande parte disso es-



**“Estamos a voltar quase 20 anos atrás, a um tempo em que havia pouca avaliação dos jovens e pouca estruturação do currículo.”**

tá a voltar atrás por parte do actual Governo e é evidente que não estou de acordo com isso.

### Portugal teve bons resultados na edição de 2015 do PISA.

#### Antecipa algo para os resultados da edição deste ano?

(risos) Não! Não gostaria de fazer previsões. Mas é verdade que Portugal teve resultados muito razoáveis em comparação com os resultados anteriores. No TIMSS [Trends in International Mathematics and Science Study, teste internacional de conhecimento em Matemática e Ciências], foram ainda mais importantes. Tivemos uma avaliação em 2011, voltámos a ter uma avaliação em 2015 e, no decorrer desses anos, os alunos que fizeram os quatro anos do 1.º ciclo do Ensino Básico 'saíram' muito melhores do que os seus antecessores. Quatro anos de trabalho intenso no sentido de estruturação das matérias e de uma avaliação no final do ciclo bastaram para que os nossos resultados subissem muito.

## NUNO PAULO DE SOUSA ARROBAS CRATO

Ministro da Educação  
no XIX Governo  
Constitucional (2011-2015)

**IDADE:** 65 anos

**FORMAÇÃO:** Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), mestrado em Métodos Matemáticos para Gestão de Empresas pelo ISEG e doutoramento em Matemática Aplicada na Universidade de Delaware, EUA.

**Hoje, Nuno Crato está de licença sabática. Anda pelo mundo a dar conferências sobre educação e o sucesso dos alunos e professores portugueses nos últimos anos, entre outras ocupações académicas. Passou por cidades como Varsóvia, São Paulo, Londres, Dubai. “Há um interesse internacional por aquilo que se passa na educação em Portugal. Ouvi o chefe da educação da OCDE dizer que Portugal foi um dos poucos países que, nos últimos anos, fizeram tudo certo”, explica. Mas é ainda mais ambicioso: “Claro que podemos ir muito mais longe do que isso. Estar um bocadinho acima da média da OCDE não nos deve contentar. Devemos querer estar no topo da tabela.”**

Os nossos alunos do 4.º ano, a Matemática, tiveram melhores resultados do que os alunos equivalentes da Finlândia. Em comparação com o trabalho que foi feito e que permitiu este sucesso, o que está a ser feito actualmente é muito diferente. É quase o oposto. A avaliação acabou, o currículo, a peça essencial à volta do qual as coisas giram, está a sofrer abalos.

### **Porquê?**

Tem havido sinais muito claros por parte do Ministério da Educação de que o currículo, tal como está estabelecido, não é o essencial. Sobre o currículo têm havido, ao longo dos anos, várias tentativas para o destruir. No sentido de substituir um currículo rigoroso e organizado por um currículo não-rigoroso, não-organizado, multidisciplinar. Substituir o conhecimento por competências básicas. Tentativas de substituir disciplinas por mescla de disciplinas.

**A experiência finlandesa tem sido bastante debatida.**

**Não aboliram as disciplinas tradicionais, mas implementaram blocos baseados em temas transversais que convocam professores de muitas áreas. Em Portugal há um projecto-piloto para experimentar este novo modelo. Crê que a educação do futuro pode passar por aqui?**

As disciplinas não vão acabar. O caso da Finlândia é muito elucidativo. A Finlândia tem vindo a baixar os resultados. Desde o momen-

to em que passou a adoptar uma atitude mais laxista em relação ao ensino e em que passou a desestruturar o currículo, começou a piorar os resultados [no PISA] de há quase 10 anos a esta parte. É, nesse aspecto, um exemplo do que não se deve fazer. Acho muito bem que haja projectos interdisciplinares, que convoquem conhecimentos de outras matérias, que os alunos façam alguns projectos e que tenham actividades práticas. Mas tudo isso só pode ser feito, com sucesso na aprendizagem, se existirem disciplinas de base e se os alunos dominarem essas disciplinas de base. A Humanidade inventou, ao longo dos últimos 20 ou 30 séculos, as disciplinas: a Matemática, a Geometria, a História. Essa organização do conhecimento permite-nos muito aceleradamente perceber uma série de coisas que, de forma dispersa, não conseguimos. As coisas aprendem-se quando são estruturadas passo a passo. O nosso cérebro está organizado de uma maneira que os psicólogos cognitivos têm estudado muito nas últimas décadas e que é muito clara. A maneira mais rápida, melhor, mais sistemática de solidificar o conhecimento é através de estudos específicos e sistematizados.

**Mas se há esse consenso sobre a forma como se processa o conhecimento, porque é que a Finlândia resolveu enveredar por este tipo de solução educativa?**

Em quase todos os países temos uma situação semelhante. Do ponto de vista político, temos ministros que chegam a ser ministros da Educação sem nunca terem pensado na educação, sem se lhes conhecer uma opinião sobre educação. Nem digo livros – sem se lhes co-

nhecer uma intervenção sobre educação! Eu assisti, várias vezes, quando estava no Conselho de Ministros europeu, a casos desses. Ministros que tinham acabado de ser ministros da Defesa ou da Administração Interna e que iam para ministros da Educação.

### **Não sabem ao que vão?**

Chegam e não sabem muito bem o que os espera. Mas depois há um consenso entre os conselheiros educativos e uns grupos associados aos departamentos educativos das universidades que repetem todos a mesma coisa: As competências do século XXI, ser um cidadão crítico, a necessidade de haver solidariedade, de reduzir as desigualdades educativas... E os ministros gostam de ser modernos. Ouvem essas coisas e na reunião seguinte já estão a falar de competências do século XXI sem saberem exactamente o que isso quer dizer. Vi um ministro chegar ao Conselho de Ministros Europeus a dizer que não sabia nada do assunto e que esperava aprender connosco. Um mês depois já estava a falar das competências do século XXI. Às vezes perguntava: quais são as competências do século XXI que não existam no século XX?

### **Qual foi a resposta?**

“Ah, é a questão digital, os nativos digitais”. Outro mito! Eu pensei muito sobre isto. Porque é que de repente toda a gente diz a mesma coisa? Porque é cómodo. É moderno. Se eu disser que é preciso arranjar um currículo rigoroso, dar atenção à Matemática e

## NUNO CRATO

à leitura, às ciências, a Geografia e a História... Não é sexy! O que é sexy é falar de competências e interdisciplinaridade. São coisas vazias. Muitas vezes, em Conselhos de Ministros Europeus, eu dizia: “estamos aqui a falar de competências do século XXI, mas já repararam que há uma percentagem enorme dos nossos alunos que chegam aos 10 anos sem saber ler decentemente? Isto não vos preocupa?” Diziam-me que sim, havia uns problemas, mas que iam entusiasmar os alunos através de computadores. Dá vontade de rir! Os miúdos não se entusiasmam porque não conseguem ler! Nós temos de arranjar maneira de os ajudar a ler.

**Quando entrou na Av. 5 de Outubro pela primeira vez, o que esperava encontrar? Como idealizava o Ministério e o que acabou por encontrar?**

Pergunta difícilíssima (silêncio prolongado). À partida, diria que não tive muitas surpresas. Encontrei funcionários dedicados, pessoas muito teimosas na sua maneira de ver as coisas, muito moldadas por um pensamento que eu julgo ser muito antiquado sobre educação. Foi um desafio grande, e houve algumas coisas de que não estava à espera. Houve coisas que me surpreenderam. Não estou a falar do Ministério em si, mas da máquina educativa. Foi uma espécie de despertar para a realidade, quando reparei que muitas das coisas que algumas pessoas e sectores defendiam não eram fundamentadas em pensamentos que tivessem sobre o assunto, mas em necessidades imediatas. Estou a falar de corporações, interesses ligados à educação.

**Como lidava com as maiores forças de pressão quando estava no Ministério?**

A maior força de pressão, e a mais negativa, eram os sindicatos mais radicais. Temos de reconhecer que eles têm tido muito sucesso em substituir a polémica sobre a boa educação dos jovens pela polémica sobre a boa situação para os sindicalizados. *Lobbies* são coisas normais em democracia e é natural que existam. Sempre me bati para que existissem sindicatos livres e intervenientes, mesmo que diga isso sobre os sindicatos. Todos os sectores ligados à educação – editoras, construtores escolares, fornecedores de refeições, de material escolar, as escolas de formação de professores – eram lobbies. A grande dificuldade, para um ministro da Educação que esteja preocupado em mudar para melhor a educação dos jovens, é conseguir fazê-lo sabendo que existem todos estes interesses que não coincidem exactamente com uma melhor formação dos jovens.

**Mas como é que lhe impunham a agenda? Quem é que o pressionava mais?**

Houve de tudo. Desde autores que achavam que por o livro deles não estar no Plano Nacional de Leitura que lhes estavam a fazer uma perseguição política. Pessoas revoltadas por acharem que não tinham a avaliação que mereciam, neste ou naquele momento. Pessoas que achavam que, por conhecerem o ministro, o primo poderia ser mais bem colocado na escola. Tudo acontece. Por exemplo, as editoras, no geral, são mais responsáveis e mais subtis e não fariam uma coisa deste tipo. Mas como é evidente estão interessadas em publicar livros. É a vida deles. A grande dificuldade de um ministro é, percebendo esses interesses das editoras, fazer predominar aquilo que interessa à Educação em Portugal, que é fazer bons manuais, bem feitos e a preços que não sejam proibitivos.

**A greve dos exames e o caso da licenciatura de Miguel Relvas foram momentos difíceis?**

O caso da licenciatura foi pessoalmente muito difícil, tanto para mim como para o primeiro-ministro. Miguel Relvas era pra-

## O DESAFIO FUTURO DOS PROFESSORES

**A esmagadora maioria de professores em actividade tem mais de 40 anos. Há uma renovação geracional muito fraca. Em quantos anos é que se começará a dizer que há falta de professores?**

Até 2030 vai ser renovada uma parte muito significativa do nosso corpo docente. Acho que a preocupação central deveria ser fazer com que os professores que entrem estejam pelo menos tão bem preparados do que os lá estão, se possível até mais. A formação inicial de professores é uma questão central do nosso futuro sistema educativo. Se a esmagadora maioria dos que entrarem não tiverem uma boa formação inicial, o nosso futuro está comprometido nos próximos anos. Fizemos uma prova de avaliação de professores em que, por exemplo, numa das disciplinas, 60% dos candidatos não passaram a prova de conhecimento específico daquilo que se estava a falar. O que significa que 60% dos candidatos a professores não dominavam os conhecimentos de maneira suficiente para ensinar as matérias que se candidataram a ensinar. Isto é muito preocupante. Uma das soluções para este problema era a prova de entrada na profissão. Foi legislada pelo PS, foi posta em prática por mim, e que depois foi terminada por esta maioria parlamentar. Acho um erro grande.

**Com esta renovação de quadros vão entrar naturalmente muitos professores no sistema. O Estado é capaz de conseguir assegurar a entrada dos melhores?**

Não. Existe um sistema muito viciado. O único critério para a entrada, não existindo um exame de professores, é a nota final de curso. Ora, isto é um sistema perverso pelo seguinte. Os incentivos que este sistema dá é para os jovens candidatos a professores se deslocarem para as escolas onde seja mais fácil obter boas notas. E às escolas de formação de professores dá o incentivo de subir as notas para que os seus alunos entrem no ensino e para que mais candidatos a professores venham para essas escolas. É um incentivo que está completamente ao contrário e coisas más podem acontecer.

**“Fui despertando para o facto de que muitas das coisas que várias pessoas do sector da Educação defendiam tinham pouco que ver com ideias e mais com interesses imediatos.”**

ticamente n.º 2 do Governo e amigo pessoal do primeiro-ministro. Julgo que esse caso foi tratado com a maior limpeza. Na greve dos exames, aconteceu algo que nunca tinha acontecido: os sindicatos praticamente vieram-nos pedir “por favor, cheguemos a acordo. Por favor, encontrem-nos uma saída honrosa para isto”. Não o disseram assim, claro, mas as direcções sindicais vieram-nos dizer “queremos acabar com a greve, arranjem-nos uma solução honrosa para isto”. E nós assim fizemos. Não cedemos, mas encontrámos uma formulação que permitiu chegar a um entendimento. Sem esse entendimento, a greve também teria acabado, porque a população estava contra a greve. Mas teria demorado mais uns dias e seria muito prejudicial para os alunos.

**Houve bom senso.**  
Os sindicatos precipitaram-se, porque foi uma greve totalmente inútil. Na altura, estava a ser debatido algo que nem estava na lei ainda, que era a possibilidade de haver mobilidade de professores. Mas aí devo dizer que a troika teve imensas culpas. Foi a troika que



## AUTONOMIA DEVE AUMENTAR

**Defende mais autonomia das escolas nas suas decisões. Mas recordo o exemplo da Suécia, que passou praticamente toda a responsabilidade de gestão para os municípios e acabou por ver uma degradação dos resultados no PISA desde então...**

A Suécia é um mau exemplo porque, ao mesmo tempo que fez uma liberalização do sistema, não fez uma avaliação dos resultados dos alunos. Sou partidário de fazer uma liberalização do sistema, uma democratização, mas avaliar os resultados. A minha filosofia para este sistema é a seguinte: nós não devemos controlar os processos, mas devemos avaliar os resultados. Há a filosofia contrária, que é a filosofia comunista, ou pelo menos do socialismo radical, que é não avaliar, mas sim controlar os processos. Não vamos lá desta forma.

### **Então como?**

Os 25% de autonomia curricular que o actual Governo diz que está a dar às escolas, fomos nós que demos. A grande diferença é que dissemos que as escolas que o entenderem teriam 25% de autonomia para organizar o currículo e que isto poderia ser alargado a mais escolas. Mas tínhamos avaliação no fim. Portanto, a mensagem era: façam como quiserem, organizem o currículo como quiserem, mas no fim vamos avaliar se os alunos sabem ou não.

**Em cidades como Lisboa e Porto há um sistema informal de escolha de escolas, que contorna a lei, através da falsificação de moradas. Isto é uma realidade, como prova o caso da Escola Secundária Filipa de Lencastre, em Lisboa. Porque se mantém tudo como está?**

Falemos da escola 'A' para não ferir susceptibilidades. A escola 'A' tem muito sucesso. Tem uma procura maior do que aquela oferta que consegue garantir. Podemos fazer o seguinte: se o sucesso deriva da direcção da escola e dos seus professores, porque é que o sucesso não se pode alargar e não podemos fornecer mais instalações para que outros alunos possam ir para lá? Podemos dizer: a escola 'A' está limitada a 50 turmas, mas se tem todas estas qualidades, porque é que em vez de 50 não pode ter 100 e contratar mais professores? Seria um mecanismo de liberdade da escola poder contratar pelo menos alguns professores. Tentámos pôr isso em prática com a Bolsa de Contratação de Escola, que foi muito contestada.

### **Como explica essa contestação?**

Com várias razões, mas eu diria que há uma oposição sindical de princípio violentíssima contra qualquer interferência das escolas na colocação de professores. Para os sindicatos mais radicais, os professores são todos colocados de acordo com a sua graduação profissional, antiguidade e não pode haver voz nenhuma da direcção das escolas na colocação. Isso é errado.

nos obrigou a discutir essa possibilidade naquele momento, contra a minha vontade.

### **Como eram essas reuniões com a troika?**

As reuniões com a troika em Lisboa foram... Humilhantes talvez seja um exagero, mas há uma componente de humilhação, de perceber que não somos soberanos, que tem de se discutir medidas de administração que deveriam ser de total soberania do Estado com agentes de organizações internacionais. Eu não estive presente em todas. Mas tinham um ambiente frio, técnico, que não permitia grandes discussões. Lembro-me de que recebia telefonemas às vezes, a meio da reunião, por parte do ministro das Finanças, preocupado e a querer saber o que estava a acontecer. Uma preocupação que tinha sobretudo que ver com o grande peso que o Ministério da Educação tinha no esforço de contenção financeira.

### **Era tenso, portanto.**

Havia um caderno de encargos e era revisto alínea a alínea diver-

sas coisas que não estavam a ser feitas. Era extremamente difícil convencer a troika de que a alínea b não precisava de ser feita, e que poderia ser substituída. O ambiente que se vivia na altura nos corredores, nas reuniões de Governo, era difícil, de grande tensão. A qualquer momento, se as coisas não funcionassem bem, não teríamos dinheiro para o mês seguinte. Espero que não se repita este estado de emergência no país. Foi muito grave.

### **Já não quer implodir a 5 de Outubro?**

Sempre quis implodir a 5 de Outubro. Mas vamos lá a ver: eu não me lembro de alguma vez ter dito essa frase (risos). Eu quis reduzir a 5 de Outubro e mantenho essa ideia de que o centralismo na Educação tem de ser reduzido. Algumas coisas tentei fazer, mas acho que é preciso muito mais. A liberdade dada às escolas deve ser muito maior; a liberdade das escolas para fazer contratação de professores deve ser muito maior. Tudo isto funcionará bem se houver avaliação ao mesmo tempo. Se não houver, e se não houver um currículo exigente, não funciona. ☹